
A GEOECONOMIA DA CRISE PÓS 2008: FINANCEIRIZAÇÃO, TECNOLOGIA E GEOPOLÍTICA

THE POST-2008 GEOECONOMY: FINANCIALIZATION,
TECHNOLOGY AND GEOPOLITICS

LA GEOECONOMÍA POST-2008: FINANCIARIZACIÓN,
TECNOLOGÍA Y GEOPOLÍTICA

Fernando dos Santos Sampaio¹

Marlon Clovis Medeiros²

RESUMO: O objetivo do artigo é discutir as causas e consequências geopolíticas da crise de 2008, a partir da teoria dos ciclos econômicos. Argumenta-se que há três grandes processos para se explicar a crise numa visão mais ampla: a questão da financeirização, a questão tecnológica-industrial e a questão geopolítica. As políticas adotadas pelos países centrais desde os anos 1970 levaram à prioridade do capital financeiro, causando estagnação de inovações radicais e desindustrialização nos países centrais, com crescimento industrial do leste asiático. A desregulamentação e internacionalização do capital nos anos 1990, levaram a inúmeras crises financeiras, que culminaram na crise de 2008. Na sequência, os países centrais ampliam a pressão sobre os países periféricos, buscando novos campos de investimento para amenizar a crise e manter a hegemonia. A persistência da crise vem gerando busca por inovações radicais que abram novos setores para investimentos.

Palavras-chave: Geografia econômica. Crise de 2008. Ciclos econômicos. Geopolítica.

ABSTRACT: The article aims to discuss the causes and geopolitical consequences of the 2008 crisis, based on the theory of business cycles. It is argued that there are three major processes to explain the crisis in a deeper view: financialization, the technological-industrial issue and global geopolitics. The policies adopted by the central countries since the 1970s led to the priority of financial capital, causing stagnation of radical innovations and deindustrialization in the central countries, with industrial growth in East Asia. The deregulation and internationalization of capital in the 1990s led to numerous financial

¹ Doutor em geografia humana pela Universidade de São Paulo. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Francisco Beltrão-PR, Brasil. Orientador de mestrado e doutorado no Programa de Pós-graduação em Geografia da UNIOESTE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4683-0221>. E-mail: fssampa@gmail.com.

² Doutor em geografia humana pela Universidade de São Paulo. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Francisco Beltrão-PR, Brasil. Orientador de mestrado e doutorado no Programa de Pós-graduação em Geografia da UNIOESTE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4648-6662>. E-mail: marlonmedeiros@hotmail.com.

Artigo recebido em agosto de 2021 e aceito para publicação em maio de 2022.

crises, culminating in the 2008 crisis. Subsequently, the central countries increased the pressure on the peripheral countries, seeking new fields of investment and the maintenance of hegemony. The persistence of the crisis has generated a search for radical innovations that open new sectors for investment.

Keywords: Economic geography. 2008 crisis. business cycles. Geopolitics.

RESUMEN: El objetivo del artículo es discutir las causas y consecuencias geopolíticas de la crisis de 2008, desde la teoría de los ciclos económicos. Se argumenta que hay tres procesos principales para explicar la crisis en una visión más profunda: la financiarización, la cuestión tecnológico-industrial y la geopolítica global. Las políticas adoptadas por los países centrales a partir de los años setenta condujeron a la prioridad del capital financiero, provocando el estancamiento de las innovaciones radicales y la desindustrialización en los países centrales, con un crecimiento industrial en Asia oriental. La desregulación y la internacionalización del capital en la década de 1990 provocaron numerosas crisis financieras, que culminaron en la de 2008. Posteriormente, los países centrales aumentaron la presión sobre los países periféricos, buscando nuevos campos de inversión y el mantenimiento de la hegemonía. La persistencia de la crisis ha generado una búsqueda de innovaciones radicales que abran nuevos sectores a la inversión.

Palabras clave: Geografía económica. Crisis de 2008. Ciclos económicos. Geopolítica.

INTRODUÇÃO

O tema das crises econômicas voltou ao centro dos debates desde 2008. O impacto desta crise foi comparado à grande depressão de 1929 pelo seu alcance internacional e por afetar de maneira mais direta e intensa os países mais ricos. As interpretações mais conhecidas se dividem em dois grupos: o primeiro, de base liberal, aponta a crise como um acidente, originado de incentivos exagerados para a alavancagem pelas grandes empresas e pela ação de seus gestores; o segundo, de base keynesiana ou desenvolvimentista, apontou as origens da crise no processo de desregulamentação financeira que levou à acumulação de capital centrada nas atividades especulativas³.

O presente trabalho utiliza a matriz explicativa do processo cíclico de acumulação de capital no qual se sucedem os períodos de ascensão e os períodos depressivos como parte dos próprios mecanismos de desenvolvimento. Os ciclos longos ou de Kondratieff marcam a dinâmica da economia mundial. Os ciclos são **oscilações** em conjunto das atividades econômicas, a partir da revolução industrial (séc. XVIII) incluindo: Produção e vendas, preços, investimentos, lucros e salários. Os ciclos longos possuem caráter tecno-econômico, ligados à criação e destruição de padrões tecnológicos e ocorrência de revoluções industriais. Os ciclos médios, por outro lado, possuem manifestação nacional, ocasionados por políticas econômicas, por expansão ou crise de mercados e setores industriais específicos.

Portanto, as crises não são acidentadas, mas parte componente, intrínseca e inseparável do mecanismo de acumulação (RANGEL, 2005; MAMIGONIAN, 2005; entre outros)⁴. Conhecido o mecanismo das crises, os Estados centrais buscam estratégias de superação, para início de um novo processo de crescimento. A volta do crescimento, no entanto, nem sempre se dá nas nações até então hegemônicas, o que faz com que economia e geopolítica se tornem um só processo.

Argumenta-se aqui que a crise de 2008 tem suas raízes na longa crise iniciada nos anos 1970 a “crise do petróleo”, que amenizou os efeitos da fase depressiva do ciclo, mas não eliminou o mecanismo de sua formação. As medidas financeiras adotadas a partir de então pelos países ricos criaram um conjunto de políticas econômicas centradas no capital financeiro, colocando a indústria em segundo plano e adiando uma nova onda de inovações radicais que poderiam gerar um novo ciclo de crescimento econômico. Nos anos 1990 esse processo se amplia com a abertura econômica de inúmeros países e o intenso crescimento dos investimentos estrangeiros diretos oriundos especialmente dos Estados Unidos e da União Europeia. A sequência de crises nacionais e bolhas financeiras culmina com a crise de 2008, que traz dois grandes efeitos: por um lado deixa claro que surgiu uma nova geografia econômica mundial, na qual o Leste asiático se tornou a principal região produtiva-industrial, e por outro fortaleceu os questionamentos às políticas econômicas adotadas há décadas sob o nome de “neoliberalismo”.

As mudanças econômicas se relacionam diretamente à geopolítica mundial, colocando em xeque a hegemonia norte-americana, reascendendo as tensões oriente-ocidente e trazendo para o centro das preocupações os investimentos em novas tecnologias que podem gerar uma revolução industrial.

Nos países desenvolvidos, a luta contra a crise econômica é a luta pela hegemonia mundial, enquanto nos países subdesenvolvidos busca-se o estabelecimento de outra hegemonia. A crise e as soluções correspondentes afetam a geografia econômica mundial. Assim, discute-se os três aspectos centrais para o entendimento das características da crise de 2008: a financeirização, a questão tecnológica e as ações geopolíticas.

A FINANCEIRIZAÇÃO E O LONGO PROCESSO DA CRISE

A financeirização é entendida aqui como o processo de domínio do capital financeiro sobre os demais setores, impulsionado pelos Estados Unidos desde os anos de 1970. Este processo, por um lado, freou os efeitos da crise do petróleo, e por outro, possibilitou a expansão externa da economia norte-americana pela via financeira. Isto operou uma mudança do eixo de desenvolvimento, que está na base dos processos seguintes de liberalização do fluxo de capitais em inúmeros países, de bolhas financeiras nos anos 1990 e posteriormente da crise de 2008.

O escopo de uma crise está diretamente ligado ao grau de integração das economias nacionais. Para uma análise consistente não é possível separar a manifestação fenomênica de uma crise de seus desdobramentos. A “crise de 1929”, com suas consequências, levou

à eclosão da 2ª Guerra Mundial que colocou os países centrais do capitalismo diretamente envolvidos com a Guerra. A “quebra da bolsa de Nova Iorque” não representou nada se não considerarmos seus desdobramentos, entre eles a adoção do fordismo como modelo de acumulação, o Welfare State, a 2ª Guerra etc. Da mesma forma também não podemos entender a crise apenas por sua aparência momentânea, mas buscar suas causas mais profundas.

Dessa forma a explicação da crise econômica internacional atual não deve ser buscada isoladamente no mercado imobiliário e acionário dos Estados Unidos em 2008. A crise é consequência de um longo processo de reestruturação econômica em resposta à fase b do 4º ciclo de Kondratieff, marcado pela crise do petróleo de 1973.

Como estratégia da retomada hegemônica, os EUA impuseram uma série de medidas financeiras ao resto do mundo, rompendo com o acordo de Breton Woods e levando a desregulamentação financeira iniciada nos anos 1980 e radicalizada nos 1990. Com a crise do petróleo os EUA deixam de priorizar o setor industrial no mercado interno. A crescente produção industrial dos países asiáticos garantiu o abastecimento dos Estados Unidos e da Europa dos mais variados produtos, livrando estes de parte da responsabilidade na questão energética para a produção industrial.

As baixas taxas de crescimento dos setores produtivos nos países avançados e a redução destes como parcela do PIB desde a década de 1960 levaram ao paulatino crescimento do setor de serviços e da esfera financeira. Nos Estados Unidos, a produção industrial como parcela do PIB cai continuamente desde 1970, quando representava 35,2% até atingir o limite mais baixo em 2009 com 20,2% do PIB⁵. Já o setor de serviços, que representava 61,2% do PIB em 1970, cresce continuamente até 78,7% em 2009⁶.

Dois reflexos importantes da queda de participação do setor industrial na economia são o aumento substancial de importações e a queda na participação mundial das exportações. As importações de mercadorias e serviços que representavam pouco mais de 5% do PIB dos Estados Unidos nos anos 1970, crescem continuamente nas décadas seguintes, atingindo 16 a 17% nos anos 2000⁷. As exportações de produtos de alta tecnologia pelos Estados Unidos que representavam 33% do total das exportações em 1990 caem continuamente até chegar a 17,7% em 2012⁸. Nos anos seguintes se recuperam timidamente chegando a 19% em 2015.

EUA e Europa concentraram-se em economias de serviços com altos salários e no crescimento pela via financeira. A dívida do governo central norte-americano, que não chegava a 40% nos anos 1980, cresce nas décadas seguintes, especialmente após 2008, atingindo 98% do PIB em 2015, e se mantendo nestes patamares⁹. O país cobre os constantes déficits comerciais com superávits financeiros crescentes, pela entrada líquida de investimentos diretos estrangeiros em alta desde metade dos anos 1990, como se observa no Gráfico 1.

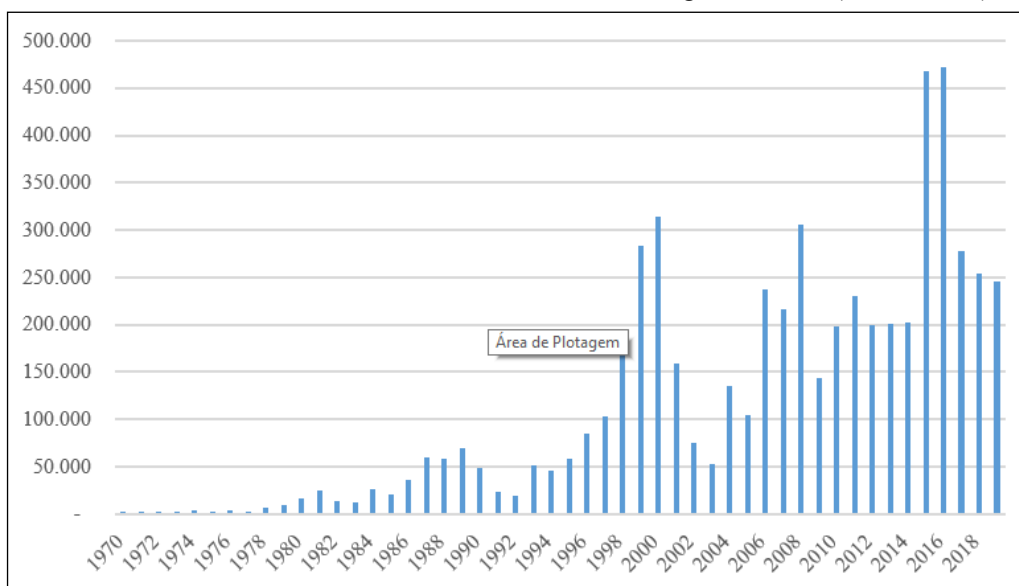
Como apontou Belluzzo (2013, p. 33 e 34):

A combinação entre baixa inflação e excessiva elasticidade do sistema financeiro promoveu a intensificação dos movimentos de capitais de portfólio e acentuou o caráter pró-cíclico da oferta de crédito nos “desenvolvidos consumidores”.

Depois da crise asiática de 1997-98, à exceção da China, os países mais afetados promoveram fortes desvalorizações cambiais que contribuíram para deprimir ainda mais os preços dos manufaturados. As desvalorizações asiáticas deram fôlego à euforia consumista americana amparada no crédito fácil, enquanto estagnavam os rendimentos da massa assalariada.

A estagnação produtiva provocou a queda da renda, mas o crédito compensou, sustentando o consumo. O crédito doméstico para o setor privado, que já atingia valores elevados desde os anos 1970, de mais de 90% do PIB, crescem até atingir mais de 200% do PIB até 2008¹⁰. Assim, a queda da renda das famílias com aumento do endividamento para se manter os níveis de consumo (TEIXEIRA, 2012; BELLUZZO, 2013).

Gráfico 1. Estados Unidos: Entrada de investimentos estrangeiros diretos (US\$ milhões).



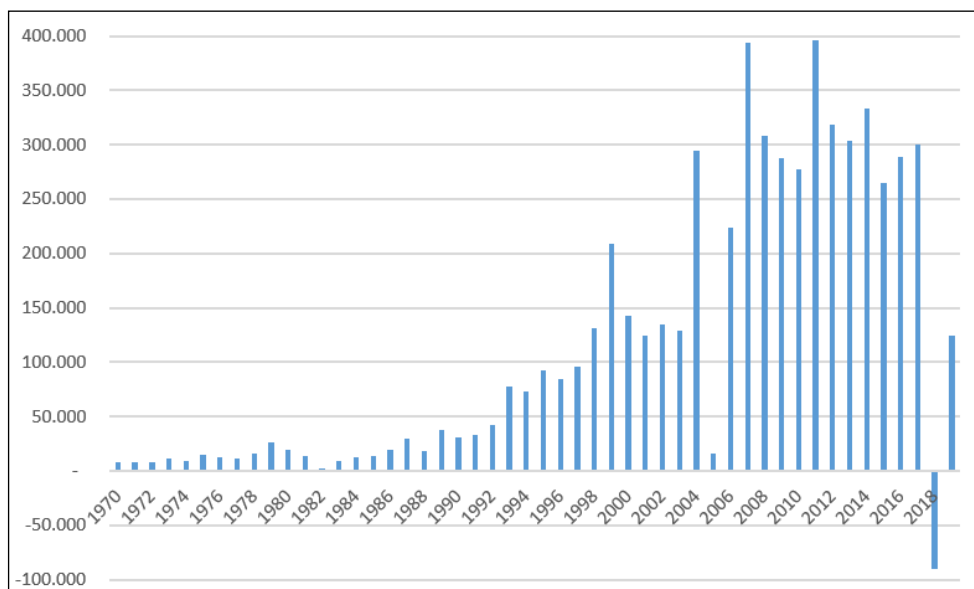
Fonte: UNCTADStat. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>>.

Acesso em Maio de 2021.

A massiva entrada de recursos estrangeiros possibilitou também grande liquidez para que os Estados Unidos reinvestissem crescentemente no exterior, como se observa no Gráfico 2. Isto ocasionou crescentes superávits financeiros e estimulou o aprofundamento do processo.

Como explicou Gowan (2009), as atividades diretamente com títulos financeiros se tornaram centrais tanto para os bancos comerciais, quanto para fundos de investimentos, com a abertura dos mercados financeiros de vários países aos operadores norte-americanos e com a nova volatilidade dos mercados de câmbio.

Gráfico 2. Estados Unidos: Investimentos no exterior (US\$ milhões).



Fonte: UNCTADStat. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>>.

Acesso em Maio de 2021.

O movimento de grandes investimentos em títulos estimulou a formação de inúmeras bolhas financeiras, não como acidente, mas como parte do processo de realização de ganhos com a mudança dos preços dos ativos:

Os bancos de Wall Street ganharam muita experiência em inflar essas bolhas nos mercados de ações poloneses, checos ou russos nos anos 1990 e depois estourá-las, gerando muitos lucros. A bolha *ponto.com* nos Estados Unidos mostrou então como a mesma operação poderia ser realizada no centro sem prejuízo significativo para os bancos de Wall Street. [...] Isso significava que não havia necessidade de evitar que essas bolhas ocorressem: ao contrário, é óbvio e patente que tanto os reguladores quanto os operadores ativamente geraram-nas, sem dúvida acreditando que uma das formas de administrar estouros era inflar outra bolha dinâmica em outro setor: depois da *ponto.com*, a bolha imobiliária; depois, uma bolha nos preços de energia ou em mercados emergentes etc. Isso parece implicar uma autoridade financeira formidavelmente centralizada operando no coração desses mercados (GOWAN, 2009, p. 52).

Na década de 1990 o processo avança aceleradamente. A interligação eletrônica de bolsas e dos mercados financeiros, os mercados de futuros, o crescimento dos fundos de investimentos, as novas formas de contabilidade e distribuição dos lucros baseados em expectativas futuras, levaram ao crescimento sem precedentes da financeirização e seu descolamento dos setores produtivos. O volume total de ações negociadas nos Estados Unidos cresce de menos de 10% do PIB nos anos 1970, para mais de 30% nos anos 1980 e após os anos 1990 de maneira acelerada, chegando a 320% do PIB em 2008¹¹.

Tradicionalmente, os investimentos financeiros lucravam com os setores produtivos nos quais investiam, agora, os grupos empresariais geram a maior parte de seus lucros com as maquinações financeiras tal qual Lenin (2011) argumentou um século atrás. Como apontou Gowan (2009, p. 50), “o setor financeiro era, de longe, o componente mais lucrativo das economias americana e britânica e seu mais importante produto de ‘exportação’. Em 2006, nada menos que 40% dos lucros corporativos americanos foram para o setor financeiro.”

Assim, geraram condições de permanecer como a principal potência econômica mundial, mesmo perdendo participação rapidamente em produção industrial e exportações para os países do Leste Asiático.

Os países do Leste Asiático ampliam a produção industrial e as exportações a partir dos anos 1970, num caminho inverso ao dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. É preciso fazer uma ressalva ao Japão, que a partir dos anos 1970 também reduziu seu ritmo de acumulação industrial, que havia liderado a economia nas décadas anteriores. A participação da indústria no PIB japonês, que representava 43% do total em 1970, inicia queda contínua de participação nas décadas seguintes, atingindo o mínimo em 2012, com 26%. Logo, o Japão seguiu caminho parecido ao dos Estados Unidos e da Europa. Já os demais países do Leste Asiático e Pacífico seguiram caminho contrário, com crescimento da participação da indústria no PIB.

A China vem oscilando desde aquele período entre 40% e 48%, a Coreia do Sul de 21% para 38%, a Tailândia de 25% para em torno de 40%, a Indonésia de apenas 19% em 1970, chega a 48% em 2008¹².

O relativo abandono da indústria pelos países mais ricos também se relaciona à estagnação das inovações tecnológicas mais profundas. O desenvolvimento tecnológico dos setores de bens de capital, de eletrônica digital, química e farmacêutica não mais viabilizou retornos crescentes aos grandes volumes de capital financeiro à procura de oportunidades de investimentos. Além disso, os avanços tecnológicos propiciaram economia de capital (como ensinou Marx¹³), e não maior volume de investimentos aplicados. Logo, num contexto de baixo crescimento produtivo, a economia de capital é recessiva. O desenvolvimento tecnológico que deveria poupar os recursos naturais e energéticos, pouco avançou, enquanto os recursos financeiros abundantes não conseguem aplicações lucrativas duradouras.

Os oligopólios retardaram a busca de tecnologias revolucionárias de fundo e impulsionaram inovações no “topo” como telecomunicações, eletrônica digital, química fina, processos industriais e automação, medicina e biotecnologia. O lento desenvolvimento de novos materiais que economizariam matérias-primas e a estagnação da inovação em energias revolucionárias para produção e transporte retardam uma III revolução industrial. A última grande inovação nos transportes foi a aviação de grande capacidade de carga e de longas distâncias, que data da II Guerra Mundial. A energia nuclear se mostrou muito cara e perigosa.

A II Guerra Mundial originou uma destruição criadora que possibilitou a extensão do padrão tecnológico da II Revolução Industrial, com inúmeras inovações importantes, mas sobre as mesmas bases energéticas. Desde a crise do petróleo, as taxas de lucro

dos setores produtivos se demonstraram inferiores ao setor financeiro, desestimulando grandes blocos de inovações radicais. Ampliou-se significativamente os ganhos com investimentos especulativos pelos grupos industriais.

Atualmente a busca de fontes de energia limpas e renováveis e a adoção de métodos menos poluentes na produção tem se mostrado como uma possibilidade de retomada do crescimento por via das inovações. Em geral a “preocupação ecológica” que era embrionária do ponto de vista produtivo no início do século, mas que ganhava adeptos nos países desenvolvidos, hoje já se tornou grande polo de desenvolvimento de inovações mais radicais. Como o exemplo temos a rápida difusão dos carros elétricos ou híbridos em substituição da frota de transporte público em várias cidades europeias e chinesas. No setor energético ocorrem rápidos avanços no aproveitamento da energia eólica e solar e no domínio da tecnologia de fusão nuclear. A China, como exemplo de país poluidor, hoje tem os maiores avanços em energia limpa e tecnologias ‘verdes’.

Como consequência a esfera financeira se tornou muito maior que setor real - vide o mercado de divisas nas bolsas de futuros. Os investimentos produtivos representam hoje pequena parcela dos investimentos totais nos países desenvolvidos. Com isso, mesmo se ocorrerem grandes blocos de investimentos em ativos físicos, serão movimentados pequenos volumes financeiros.

Nos países desenvolvidos, os recursos disponíveis para investimentos são muito superiores às oportunidades deste. Os países mais ricos conseguiram drenar a poupança formada em países emergentes para consumi-la de forma improdutivo: cobrir déficits em transações correntes e na balança comercial; financiar o consumo a juros baixos; manter as taxas de lucro dos oligopólios e os subsídios aos seus setores produtivos estagnados. O governo Obama estabeleceu o chamado “*quantitative easing*” injetando por volta de US\$ 70 bilhões por mês durante anos, na economia norte-americana. Com isto, manteve as taxas de juros próximo de zero e conseguiu recuperar o poder de compra médio.

A evolução dos mecanismos financeiros de alavancagem e reprodução de moeda levou a que não haja problemas para geração de recursos para investimentos. O problema está nas oportunidades de investimentos a taxas de retorno compatíveis com os volumes financeiros. Isto levou a ocorrência de sucessivas bolhas na década de 1990 nos países subdesenvolvidos (Brasil, México, Rússia, Argentina, Tailândia, entre outros). Em seguida ocorre a bolha das empresas de internet, chamadas de “nova economia”. Investimentos começam a migrar para ativos reais, especialmente commodities minerais, energéticas e alimentos (ferro e aço, petróleo, gás, soja, milho etc). Isto impõe a dinâmica financeira dos mercados futuros sobre *commodities* tradicionais. Ocorre inflação de expectativa e de preços.

A estratégia de crescimento pela via financeira baseada em crescentes déficits cobertos via endividamento, emissões de títulos da dívida pública, e especulação financeira se revelou insustentável e exige uma mudança estrutural profunda e uma nova destruição criadora que possa mobilizar grandes blocos de investimentos, gerar empregos e mudar a matriz energética e econômica, que atualmente ainda são da II revolução industrial.

Este quadro teve como resultado:

1. Bolhas cada vez mais constantes e intensas;
2. Crescentes déficits comerciais e endividamento externo dos países desenvolvidos;
3. Maior acumulação de reservas em países emergentes com alto nível de industrialização (China, Coréia do Sul), e em países ricos em recursos naturais (Brasil, Rússia, Venezuela, países do Oriente Médio).

Assim as características de “maturidade econômica” dos países desenvolvidos revelaram-se uma armadilha. A Alemanha parece não ter sentido tanto a crise porque justamente mantém um setor industrial como parte importante de sua economia, respondendo por 20% do PIB e com grande competitividade internacional. A potência do seu setor industrial possibilitou que 85% do total das exportações alemãs de mercadorias fosse de produtos industriais, sendo de 13% a 15% de produtos de alta tecnologia¹⁴. Em torno de 80% destas exportações se direcionam aos países de alta renda¹⁵. Nos Estados Unidos a participação da indústria no PIB estava em 12% no início da crise.¹⁶

As medidas tomadas tanto pelos EUA quanto pela União Europeia só recriam as condições do problema. Um exemplo disto foi a política dos EUA, durante o governo Obama, de aumentar o limite de endividamento público ao invés de aumentar o superávit do setor real, para fazer frente ao aumento do consumo e da importação de energia, sem correspondente crescimento do PIB.

Formou-se um círculo vicioso que parece formar um estado de crise permanente. Isto se deve ao fato de que os governos apenas querem “administrar” a crise e não superá-la, pois isto exige mudanças nas relações mais profundas. Exigiria mudança no controle e na distribuição da riqueza, mudanças na estrutura de poder interno nos EUA e na Europa, e nas correlações de poder internacional.

AS CONSEQUÊNCIAS GEOPOLÍTICAS DA CRISE

A crise tem várias consequências espaciais importantes, especialmente visto que ela se expande a partir dos países centrais do capitalismo, e atinge diferentemente o restante do mundo. Em períodos de crise as grandes potências aumentam os conflitos entre si e a agressividade contra os países menores. No contexto de falta de novos campos de investimentos lucrativos e de baixo dinamismo tecnológico ocorre a tentativa de saída conservadora da crise.

A derrota dos EUA na guerra do Vietnã, no bojo da crise dos anos 1970, levou à adoção de uma nova estratégia que substituiu sua “hegemonia benevolente” por características mais imperiais, na qual o papel de uma revolução tecnológico-militar criando armas aéreas e teleguiadas possibilitou a vitória na Guerra do Golfo em 1991 (FIORI, 2008). No plano geopolítico a aliança com a China contribuiu ao mesmo tempo para enfraquecer o Japão e a URSS. O fim da URSS e, conseqüentemente, da Guerra Fria “soltou as amarras” do poder imperial dos EUA, que se voltou à ocupação de pilhagem no

O Oriente Médio e à imposição da abertura comercial para países da América Latina, além de aumentar o seu poder bélico ao redor do mundo¹⁷.

Nos anos 1990 o fato da União Europeia não ter um poder unificado capaz de definir estratégias dos seus estados membros e ainda manter-se quase como um protetorado militar da OTAN fez com que se seguissem as imposições imperiais dos EUA, como por exemplo aceitar os países do leste europeu na UE como forma de tirá-los da órbita da Rússia¹⁸. A intervenção nos Bálcãs levou ao fim da Iugoslávia, com apoio europeu que também se beneficiou com seu espólio. O Oriente Médio, palco dos principais conflitos – vale lembrar que o Iraque foi bombardeado por toda a década de 1990 – foi praticamente ocupado militarmente pelos Estados Unidos, com tropas militares na Arábia Saudita, Kuwait e frotas marinhas no Golfo Pérsico, além dos bloqueios econômicos contra o Irã e Iraque.

Na América Latina as imposições do Consenso de Washington levaram os países da região a se inserir de forma subalterna à ‘Globalização’ e adotarem políticas neoliberais que levaram a crises internas em grande parte dos países. No leste asiático a parceria estratégica com a China possibilitou seu crescimento econômico, ao mesmo tempo que os EUA obtinham produtos baratos facilitando a redução salarial de seus trabalhadores. Também impuseram ao Japão a valorização do Iene, colocando o país em uma crise sem precedentes¹⁹.

Após 2001 ocorre mudança na geopolítica mundial, com o início da crise nos EUA, os atentados de *11 de Setembro*, a invasão do Afeganistão e do Iraque pelos Estados Unidos e seus aliados²⁰. Estes fatos abalam a hegemonia norte-americana. O Oriente Médio foi a região na qual os EUA tiveram seus maiores revezes políticos e militares, desacreditando o projeto ‘Grande Oriente Médio’ de Bush. O fracasso da intervenção americana desacreditou suas ameaças de intervenção direta em países com capacidade militar e apoio internacional. A “Guerra ao Terror” e a adoção do *Patriot Act* por parte dos EUA, mudam também os fluxos de lavagem de dinheiro, que até então beneficiavam os EUA. Muitos destes fluxos passam a ir para a Europa, segundo Napoleoni (2010) isso debilita os EUA, transformando a Europa na “lavanderia do mundo”²¹.

O sucesso da União Europeia leva a que os interesses europeus se distanciem dos EUA, com exceção da Inglaterra. Assim, a Alemanha, principal potência da UE retira o apoio à guerra no Iraque após a crise econômica. A crise agrava disputas internas na UE, como entre França e Alemanha. O governo conservador de Sarkozy na França (2007-2012) reascende questões expansionistas e de hegemonia militar internacional. O aprofundamento da crise e o aumento dos custos da importação de energia fez soar o alarme na Europa: necessidade de retomar a influência política internacional. Em 2009 a UE aprovou nova adesão a OTAN com liderança da França. Em 2011 as crises políticas no norte da África deram a oportunidade para tomar ações mais extremas, como o bombardeio da Líbia liderado pela França.

As Primaveras Árabes não alcançaram os resultados previstos de criar democracias pró-ocidentais na região norte da África. O caso da Líbia é o mais emblemático, pois o fim do governo Kadafi e a invasão comandada por EUA, França e Inglaterra tornou o país, que possuía o melhor IDH da África, em uma “terra sem donos”, tendo voltado práticas

de captura e escravidão. No entanto o maior revés dos EUA foi a Síria, pois ali foi o palco do enfrentamento geopolítico direto com a Rússia, em um momento que retomava seu papel como potência (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Após o caos reinante na Rússia dos anos 1990, os anos 2000 houve mudança de rumo nas suas ações em relação ao seu desenvolvimento. Os governos Putin e Medvedev, aceleraram a adoção de políticas de desenvolvimento e uma retomada do posicionamento geopolítico russo na Eurásia, num primeiro momento, no início dos anos 2000, com uma parceria estratégica com os EUA, mas logo se tornando autônoma priorizando os interesses geopolíticos e econômicos nacionais.

Em 2008, a ação russa no Cáucaso²² mandou a mensagem para o mundo que não estava disposta a tolerar a expansão do poder da OTAN nas regiões antes controladas pela URSS. Diferente dos anos 1990, no qual os EUA tiveram ampla possibilidade de ação sem contestação em todo o globo – por via da “globalização” e do neoliberalismo – a adoção de formas de um imperialismo mais agressivo, como forma de contornar os problemas da crise de 2008, encontra uma reação na Eurásia.

A retomada do papel internacional da Rússia nos governos Putin/Medvedev, contou com uma série de ações econômicas e geopolíticas. Houve uma grande modernização tecnológica do complexo industrial-militar por meio das *holdings* estatais, o que possibilitou se tornar grande fornecedora de armas para países que passavam por tensões políticas com os Estados Unidos, como a Venezuela e o Irã, incluídos no “eixo do mal”, assim para a Índia e a China. Com estes últimos ocorre aprofundamento de relações em diversos setores.

A Rússia vem se aproximando crescentemente da China, ampliando as transações feitas entre Yuan e Rublo, buscando fortalecer o uso de sistemas de transferências internacionais fora do sistema SWIFT, controlado pelos EUA. Além disso, participou da criação dos Bancos dos Brics, o Novo Banco de Desenvolvimento, e apoia a ideia de uma moeda comum para transações entre os países membros²³. Também desenvolveu uma política ativa de diversificação das rotas de dutos diminuindo a capacidade dos Estados Unidos de agir boicotando sua geopolítica energética.

Em 2014, o governo Obama favoreceu mais uma das revoluções coloridas na área de influência russa, incentivando o golpe de Estado na Ucrânia, o que levou a Rússia a retomar a Criméia como parte de seu território com amplo apoio da população da região. Os EUA impuseram sanções à Rússia levando a União Europeia a acompanhá-los, criando uma série de problemas para a economia europeia. Segundo Moniz Bandeira (2016, p. 314), a partir de dados do *Austrian Institute of Economic Research*, “as sanções impostas à Rússia e as retaliações de Moscou custariam à União Europeia € 100 bilhões para desenvolvimento econômico e comprometeriam 2,5 milhões de empregos”.

Isto se situa numa questão geopolítica central: a disputa das potências mundiais por áreas de influência para exploração de energia e produção alimentar no contexto da crise mundial. A Europa sente perda de influência geopolítica que se aprofunda com a crise econômica. Assim, a crise política do Norte da África, que ficou popularmente conhecida como “Primavera Árabe”, se configurou em oportunidade de retomar o controle de sua

tradicional área de influência. Países europeus sempre mantiveram influência econômica indireta sobre as ex-colônias africanas: compra de petróleo, ouro, diamantes etc., venda de armas aos governos nativos, assessorias e empréstimos a governos etc. Há intensa migração de norte-africanos para a Europa, especialmente para França, Espanha e Itália.

Outras regiões já estão fora de seu alcance: O Oriente Médio permanece área de influência dos Estados Unidos; a Ásia Central é disputada por Rússia, China e Estados Unidos; A América Latina é uma área independente na qual Estados Unidos tenta se impor; o Irã permanece independente, mas com boas relações com a China.

No caso latino-americano, o início dos anos 2000 foi marcado pela emergência de novos governos que buscavam defender os interesses nacionais. As estratégias americanas na região tornaram-se mais intensas nos meados da década de 2010, incentivando grupos opositoristas ou mesmo “golpes constitucionais” como o ocorrido no Paraguai em 2009 e no Brasil em 2016.

Do ponto de vista geopolítico e geoeconômico o crescimento econômico chinês e o ressurgimento da Rússia como potência trouxeram alguns problemas extras para a tentativa de retomada da hegemonia por parte dos EUA. O crescimento da China levou ao aumento do consumo de combustíveis, minerais e aço, acirrando a disputa pela influência sobre os países produtores (Venezuela, Irã, países africanos e Ásia Central). O aumento dos preços e do consumo mundial de petróleo na primeira década do século XXI aumentou a incerteza sobre o domínio destas fontes. No mesmo período, o retorno da Rússia no cenário geopolítico aumentou disputas na Ásia Central. As ações da China na África e a aproximação com países latino-americanos por meio de investimentos ou acordos em blocos (como o dos BRICS) mostram uma disputa de influências com os EUA em “seu próprio quintal”.

Novas tecnologias de extração de petróleo e gás e os investimentos em fontes energéticas alternativas, além do controle americano de boa parte da produção petrolífera do Oriente Médio, possibilitaram vertiginosa queda do preço do petróleo em meados dos anos 2010, o que enfraqueceu a Rússia, a Venezuela e o Irã. A ação geopolítica estadunidense para a saída da crise já vem ocorrendo em diversas áreas do globo. Os conflitos decorrentes da necessidade de mudança já se manifestam:

a) **No interior dos países desenvolvidos:** ocorrem disputas pelo controle da política econômica e pela tensão entre gastos sociais e proteção das grandes fortunas. Grandes manifestações vêm ocorrendo e crescendo em diversos países (Inglaterra, França, Espanha, Itália, Grécia), desembocando em conflitos violentos, distúrbios, saques e violenta repressão policial.

b) **No plano internacional:** ocorre crescente tensão e disputa nos órgãos multilaterais (FMI, ONU, Banco Mundial, blocos regionais) e acordos comerciais entre países emergentes e países desenvolvidos. Os países emergentes reivindicam espaço de decisão compatível com seu crescimento econômico na última década. Países desenvolvidos reativam imperialismo “à moda antiga” sobre países pequenos com recursos energéticos e minerais (Irã, Líbia, Ucrânia, Síria, Venezuela).

c) **Na União Europeia:** crescem as disputas entre os países membros. Divergências quanto à ajuda aos países em crise, e quanto ao controle do parlamento e do Banco Central Europeu. A

França luta para manter a diretoria do FMI e para ampliar seu papel militar internacional. O crescimento alemão reascende ciúmes franceses. União Europeia busca fortalecer identidade própria e afastar seus interesses da liderança dos EUA. Os conflitos no Oriente Médio trazem o problema dos refugiados e um grande fluxo migratório para os países europeus, esse fato aumenta os problemas da xenofobia e do fortalecimento de grupos neonazistas nos países mais desenvolvidos da região. A Inglaterra concluiu em 2020 o processo de saída da União Europeia, o “Brexit”, iniciado em 2016, tornando mais clara a frágil unidade do bloco.

d) **Nos Países emergentes:** ocorre aprofundamento dos laços políticos e comerciais entre si. Países com grandes territórios, recursos e população tem melhores condições de cuidar das exportações e do mercado interno ao mesmo tempo, e manter superávits comerciais, como China, Rússia, Brasil, Índia e até mesmo Argentina e África do Sul. No entanto a ação dos EUA em buscar acordos bilaterais e em desestabilizar os governos nacionalistas da região colocam em novo patamar as ações conjuntas que esses países têm condições de levar adiante.

A CRISE ECONÔMICA E A AMÉRICA LATINA

Após o fim das experiências nacionalistas as economias latino-americanas passaram nos anos 1990 por uma proliferação de regimes neoliberais. O fim da URSS e, conseqüentemente, da Guerra Fria mudou a relação de aceitação das políticas de protecionismo e industrialização comuns na segunda metade do século XX em países como Brasil, Argentina e México. O neoliberalismo ‘de exportação’ via Consenso de Washington, levou os países latino-americanos a adotarem o que Barbosa (1999) chamou de ‘Decálogo da Destruição’²⁴. Do ponto de vista geopolítico a “*War on Drugs*”²⁵ levada adiante pelos Estados Unidos entra como justificativa para a militarização da região. Além disso a ideia da formação de uma área de livre comércio²⁶ entre Estados Unidos e o restante da América Latina – excetuando-se Cuba – fazia parte da estratégia geopolítica da consolidação da região como ‘quintal’ estadunidense, política já adotada desde o século XIX, com o Destino Manifesto e a Doutrina Monroe.

Os atentados do 11 de setembro de 2001 trouxeram como consequência uma mudança de foco dos Estados Unidos para a região do Oriente Médio. Assim, a Guerra às Drogas foi substituída, como prioridade²⁷, pela Guerra ao Terror. As ações geopolíticas e geoeconômicas para a América Latina ficaram em segundo plano, enfraquecendo a influência norte-americana. O fracasso das políticas neoliberais, o aumento da pobreza, piora nas condições de vida e a crise econômica fez com que em vários países as revoltas populares, protestos e manifestações se transformassem em vitórias eleitorais com forte caráter anti-imperialista (MAMIGONIAN, 2006). Isto levou ao poder, por via eleitoral, as esquerdas e, conseqüentemente, o fracasso da proposta da Alca.

Assim, o momento da crise de 2008, encontra uma América Latina majoritariamente governada por coalizões de esquerda ou centro-esquerda²⁸. O *boom* das *commodities* permitiu a entrada de recursos que foram utilizados para melhoria das condições de vida da população, baseada no consumo e não em reformas estruturais, possibilitando a manutenção de governos populares.

A Tabela 1 e a Figura 1 apresentam um panorama geoeconômico e geopolítico da América Latina em 2009.

Tabela 1. PIB dos países governados pela esquerda e centro esquerda na América Latina (2009).

País	Valor em bilhões de US\$
América Latina e Caribe	4.319
Brasil	1.667
Argentina	333
Venezuela	330
Peru	121
Equador	63
Cuba	62
Guatemala	38
Uruguai	32
Costa Rica	31
Panamá	27
Paraguai	22
El Salvador	18
Bolívia	17
Honduras	15
Nicarágua	8
Total governado pelas esquerdas	2.782
Porcentagem em relação ao PIB regional	64%

Fonte: organizado pelos autores com base nos dados do Banco Mundial. Disponível em <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD>

O crescimento econômico vivido pela maioria dos países da América Latina neste período causou uma elevação das condições de vida e redução da desigualdade de maneira significativa. Juntamente, houve redução do endividamento externo, que era um dos principais problemas da região desde os anos de 1980. Isto acentuou o otimismo com as políticas aplicadas e retardou o investimento em infra-estruturas e em novas unidades industriais, que seriam necessários para viabilizar o crescimento econômico e o emprego a longo prazo.

A nova situação fez parecer que a crise de 2008 não atingiria a América Latina como fez com o restante do mundo. De fato, o crescimento continuou, na região como um todo, até os anos de 2012/13.

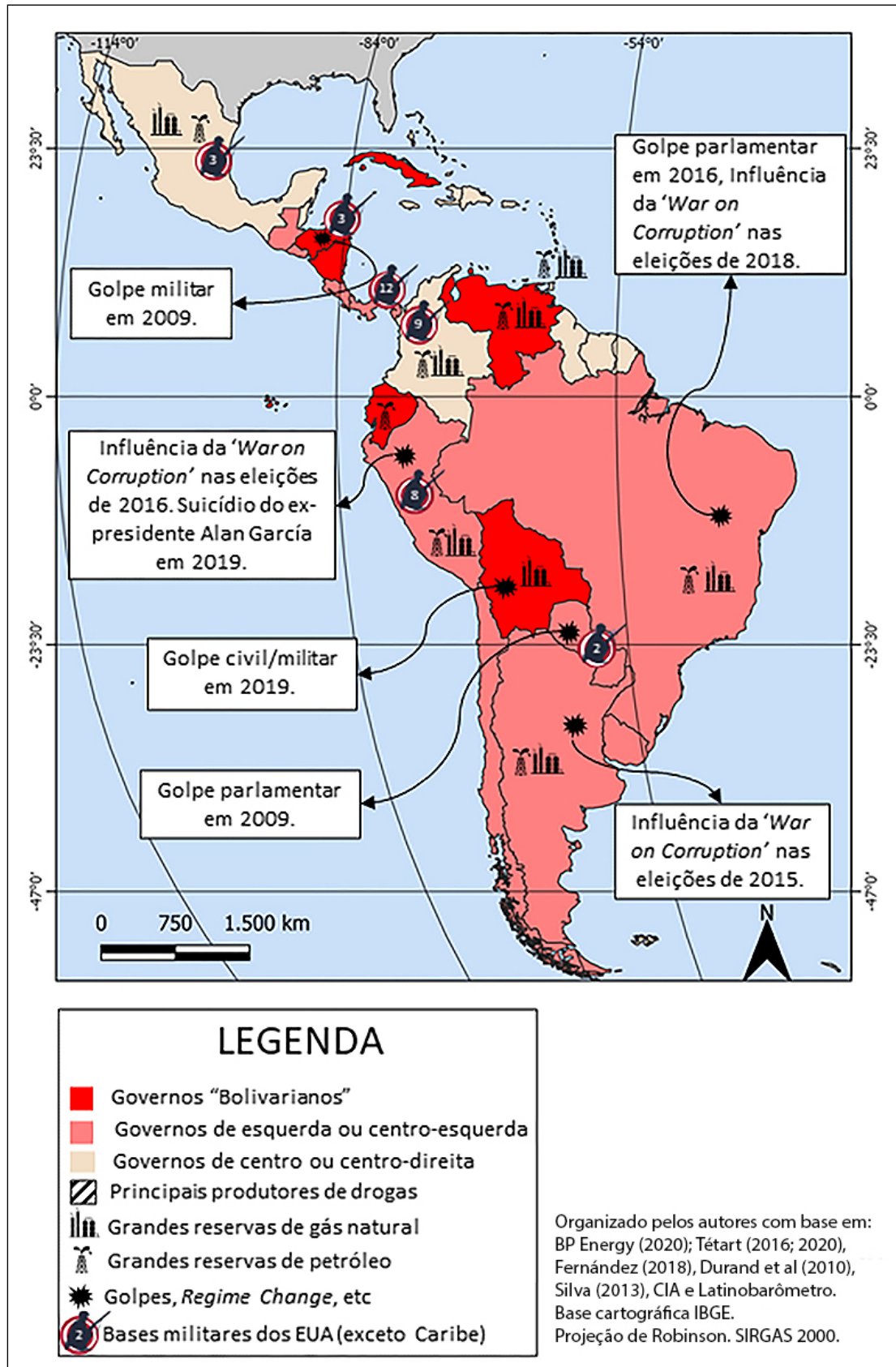


Figura 1. Geopolítica e Geoeconomia da América Latina, governos de esquerda em 2009.

O período posterior à crise de 2008 trouxe a necessidade, por parte dos EUA, de uma nova mudança geopolítica em relação à América Latina. O surgimento do ‘Socialismo do Século XXI’, a aproximação da Venezuela com a China, o fortalecimento das parcerias do Brasil com países africanos e asiáticos, a formação dos BRICS e o afastamento das relações com os EUA trazia o perigo de uma presença cada vez maior da China na região. As políticas nacionalistas na região passaram a ser vistas com preocupação, como a expansão do Bolívarismo de Hugo Chávez, já declarado inimigo dos interesses dos Estados Unidos e da “democracia”. Em 2009, toda a América Central era governada por partidos de esquerda ou centro-esquerda, na América do Sul, apenas a Colômbia, Suriname e Guiana não tinham governos de esquerda.

Segundo Moniz Bandeira (2010, p. 51) a “América do Sul é a região que apresenta maior significação geopolítica, na estratégia dos Estados Unidos, devido ao seu enorme potencial econômico e político.”, possuindo grandes reservas de minerais, água doce, terras agricultáveis, petróleo e gás. A descoberta das enormes reservas de petróleo no Brasil, no Pré-Sal, tornou o país detentor da segunda maior reserva de petróleo da região e, portanto, alvo dos interesses energéticos dos Estados Unidos. A Tabela 2 apresenta as reservas de petróleo e de gás natural na América Latina.

Tabela 2. Petróleo e Gás na América Latina - 2018.

País	Petróleo*	Gás**
Venezuela	303,8	6,3
Brasil	12,7	0,4
México	5,8	0,2
Argentina	2,4	0,4
Colômbia	2,0	0,1
Equador	1,6	-
Peru	0,9	0,3
Trinidad & Tobago	0,2	0,3
Bolívia	-	0,2

* - Em bilhões de Barris; ** - Em trilhões de metros cúbicos.

Fonte: Organizado pelos autores com base nos dados do Statistical Review of World Energy. Disponível em <<https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>>.

A crise econômica de 2008 e o aumento dos preços dos alimentos levaram a uma piora nas condições de vida nos países mais pobres da América Latina e, conseqüentemente, uma perda da popularidade de seus governos. Assim em 2009, com apoio das elites locais e do exército, o golpe de Estado em Honduras para a retirada do governo de Manoela Zelaya foi uma das primeiras, de várias ações apoiadas pelos Estados Unidos na sua nova geopolítica para a América Latina. Zelaya foi eleito como candidato de direita, mas fez reformas de esquerda e se aproximou de Hugo Chávez. Em seguida, o governo de Fernando Lugo no

Paraguai sofre uma nova modalidade de golpe na região, um golpe parlamentar, com amplo apoio do congresso de seu país²⁹. Inicia-se assim a ação do *soft power* americano, com o uso do Department of Justice, FBI e CIA para promover a “guerra contra a corrupção” e, por meio da *Lawfare*³⁰, influir nas eleições de diversos países, como na Argentina em 2015 e Brasil em 2018. Assim, a retomada da hegemonia americana na região fica marcada pelo uso das táticas da Guerra Híbrida (Korybko, 2018; Leirner, 2020).

CONCLUSÕES

A crise econômica de 2008 se insere no movimento das grandes crises cíclicas que marcaram o mundo desde o século XIX, no âmbito da expansão do capitalismo industrial. As grandes crises geram reestruturação profunda na economia e na política dos países, envolvendo conflitos, desaparecimento e criação de setores produtivos, bem como alterações no papel do Estado. Assim, o entendimento da crise enquanto momento de um ciclo não a coloca como um problema menor e momentâneo. As ações dos países centrais no momento, em especial dos EUA, têm repercussão direta sobre os demais países do globo. É nos momentos de crise que as nações hegemônicas se tornam mais agressivas e belicistas e, portanto, não se pode deixar de lado as consequências geopolíticas das políticas de retomada de crescimento e manutenção do poder hegemônico.

Tais fatos reforçam o argumento de Fiori (2008) de que a crise da década de 1970 não enfraqueceu o poder norte americano, pois a transformação dos EUA em grandes devedores mundiais não provocou o desequilíbrio fatal que se imaginava, funcionando muito mais como o motor da economia mundial. O fim do padrão dólar-ouro permitiu aos EUA exercerem um poder financeiro sem precedentes, o que foi ampliado no governo Obama ao dar jurisdição aos EUA sobre todas as transações feitas com dólar, permitindo congelar ativos financeiros de países não alinhados à sua política.

Para o desejado funcionamento deste mecanismo era necessário que houvesse uma abertura econômica a nível mundial, já que no pós-II Guerra foi comum aos países manterem um certo protecionismo de mercado e economias relativamente fechadas. A vitória norte-americana na Guerra Fria e o fim da URSS possibilitou ações mais agressivas por parte dos EUA para expandir suas áreas de interesse, seja por meio do *soft power* (ação por meio das ideologias sociais, culturais, ONGs, “jornalismo econômico” pago, financiamento de grupos opositores etc.) ou mesmo do *hard power* (as invasões propriamente ditas, como as ocorridas no Oriente Médio e Iugoslávia nos anos 1990)³¹. A ideologia da globalização “naturalizou” a expansão das políticas neoliberais para os países periféricos, possibilitando a compra de ativos por meio de uma forte internacionalização de empresas industriais privadas ou estatais e o próprio mecanismo da desregulamentação que possibilitou a entrada no processo de financeirização mundial.

O estouro da bolha imobiliária de 2008 foi mais um capítulo das diversas bolhas financeiras formadas após o processo de financeirização e internacionalização dos investimentos dos EUA e Europa, no bojo da desregulamentação, desde os anos 1990. O

grande impacto da crise se deveu ao grande peso que o setor financeiro passou a ter na economia com o aumento da interligação e livre fluxo de capitais. Assim a crise iniciada nos EUA logo se transferiu para outras áreas do globo.

Diferente de outras crises, na qual as inovações possibilitaram novas oportunidades de investimento e o início de uma fase de recuperação, o predomínio financeiro desta fez com que o setor industrial fosse abandonado em grande parte do centro do sistema capitalista. Assim, inovações em geral se deram no setor financeiro e do *big data*, sem capacidade para gerar a retomada do crescimento. Como apontado por Mamigonian (2005), nesses períodos de crise o imperialismo se torna mais agressivo, o que levou aos EUA a retomarem de forma mais intensa a sua hegemonia em áreas de controle de recursos energéticos e alimentares.

Assim a tentativa de retomada do crescimento econômico e da hegemonia político-comercial dos países dominantes passou por novas formas de interferência na América Latina, como os golpes parlamentares e a “Guerra contra a Corrupção”, levando a uma reaproximação geopolítica da região com os EUA.

A tentativa de retomada da hegemonia pelos EUA e Europa tem gerado inúmeras estratégias. Por um lado, a guerra comercial com a China gera por uma nova reorganização de blocos de países, com a aproximação entre Rússia, China e Irã e a proposta da “Nova Rota da Seda” comandada por altos investimentos chineses. Por outro lado, uma reaproximação dos EUA com a Europa buscando reduzir o poderio econômico da China, que vem investindo grande quantidade de recursos e ampliando sua influência no Sul Global.

A nova geografia econômica está em processo de mudança novamente. Os Novos Países Industrializados dos anos 1980-90, agora não apenas fornecem produtos industrializados baratos, mas também se tornaram grandes centros de produção de tecnologias de ponta, tanto para o setor industrial como para o energético e alimentar. A proposta da criação de uma nova moeda para transações internacionais é mais um passo para a superação da hegemonia do dólar, principal ferramenta do poder financeiro e geopolítico dos Estados Unidos.

NOTAS

3 Diversos livros foram publicados tratando sobre a crise de 2008. Não se pretende aqui fazer uma revisão exaustiva de bibliografia, mas algumas obras merecem destaque, como: BELUZZO, 2009; KRUGMAN, 2009; NAPOLEONI, 2010; REINHART e ROGOFF, 2010; STIGLITZ, 2010; DIEGO, 2010; MÉSZÁROS, 2011; ZIZEK, 2011; HARVEY, 2012; e KRUGMAN, 2014.

4 Entre outras obras, nos baseamos em Rangel (2005), Mamigonian (2005), Dicken (2010), Chesnais (2005) e Tavares (1997).

5 Dados extraídos de World Bank Open Data. Disponível em <<http://data.worldbank.org/>> acesso em Maio de 2021.

6 Idem.

7 Idem.

- 8 Dados extraídos de World Bank Open Data. Disponível em <<http://data.worldbank.org/>> acesso em Maio de 2021.
- 9 Idem.
- 10 Idem.
- 11 Idem.
- 12 Idem.
- 13 Apesar da discussão sobre tecnologia aparecer em diversas de suas obras aqui indicamos MARX, 1985.
- 14 Dados extraídos de World Bank Open Data. Disponível em <<http://data.worldbank.org/>> acesso em Maio de 2021.
- 15 O valor per capita das exportações alemãs é de US\$ 17,8 mil, enquanto dos EUA é de US\$ 4,5 mil. Dados da Organização mundial do Comércio para o ano de 2019.
- 16 Idem.
- 17 Segundo Fiori (2008, p. 38-39) “na década de 1990 os Estados Unidos consolidaram uma infra-estrutura de poder global, com cerca de 750 bases militares, 350 mil soldados e acordos de ajuda militar com cerca de 130 países, o que permitiu aos Estados Unidos, um controle quase monopólico dos oceanos e do espaço aéreo e sideral”.
- 18 Em 2004, apenas 15 anos depois da derrubada do Muro de Berlim, todos os países do antigo Pacto de Varsóvia, exceto a ex-URSS, estavam na Otan ou na União Europeia.
- 19 A este respeito, ver Fiori (2008), Visentini (2015), Varoufakis (2016) e Beluzzo (2009).
- 20 Diversos autores trataram dos diferentes aspectos geopolíticos da crise, como ARRIGHI, 2008; BONIFACE e VENDRINE, 2009; MAMIGONIAN, 2002; YERGIN, 2010; SANTOS, 2003; FIORI, 2007; FONTANA, 2011; CAMPOLINA, e DINIZ, 2014 e MONIZ BANDEIRA, 2013.
- 21 “Paradójicamente es la respuesta al 11 de septiembre la que concreta parte del sueño absurdo de Bin Laden de desangrar la economía estadounidense hasta la bancarrota. En efecto, la Patriot Act no hace mella em la financiación del terrorismo, sino que acaba debilitando la economía estadounidense y transformando Europa en la lavandería del mundo. Al mismo tiempo, el esfuerzo militar de dos guerras repercute negativamente sobre la deuda pública. Incluso los republicanos admitem que la modalidad elegida para infligir el golpe de gracia al enemigo ha extenuado la economía estadounidense desde 2004” (NAPOLEONI, 2010, p. 112)
- 22 A guerra russo-georgiana em agosto de 2008 foi motivada pelos conflitos entre os separatistas da Abcásia e da Ossétia do Sul, de maioria russófona, com o governo da Geórgia apoiado pelos EUA. A Geórgia em processo de adesão à OTAN achava que esse fato a protegeria de uma intervenção russa, o que não ocorreu. A Rússia declarou guerra à Geórgia e em poucos dias aniquilou boa parte de sua capacidade militar. Os EUA e UE desaprovaram a intervenção russa, mas não se envolveram no conflito. (Serrano, Mazat, 2012).
- 23 Segundo Moniz Bandeira (2016) em 1990, os países do BRIC respondiam por 25% da produção mundial, já em 2015, respondiam por 56% da produção mundial, 85% da população e controlavam 70% das reservas mundiais.

24 O autor chama ironicamente de ‘Decálogo da destruição’ os dez pontos acordados do Consenso de Washington, entre eles as privatizações, desregulamentação, abertura de mercados entre outros. Ver também Batista (1994).

25 Apesar de ter sido criada no Governo Nixon, no início dos anos 1970, a militarização da região sob a justificativa do combate às drogas vai se dar apenas nos anos 1990.

26 A Alca – Área de Livre Comércio das Américas – foi uma proposta dos Estados Unidos e tinha apoio dos governos neoliberais latino-americanos dos anos 1990. Movimentos populares, partidos de esquerda e a intelectualidade progressista mostravam o perigo para as economias nacionais, visto se tratar de economias com grandes diferenças.

27 Não houve um fim da política de ‘Guerra às Drogas’, mas a estratégia central passou a ser a ocupação das fontes energéticas mais relevantes, como o caso das grandes reservas petrolíferas no Oriente Médio. Vale lembrar que a economia das drogas movimentava bilhões de dólares que em geral eram ‘lavados’ em bancos norte-americanos possibilitando a eles alta lucratividade (Napoleoni, 2010; Saviano, 2014).

28 Não faz parte do intuito do presente trabalho definir o que é ou não ser esquerda na América Latina. As condições da formação social latino-americana fazem com que governos populares ou reformistas tenham uma margem de manobra não muito grande para fazer transformações significativas, assim torna-se difícil diferenciar as reformas possíveis numa visão de esquerda da manutenção das políticas já estabelecidas. Dessa forma, consideramos como esquerda, centro-esquerda e governos bolivarianos o que foi definido no Latinobarômetro (www.latinobarometro.org) e CIA (www.cia.gov).

29 Pouco depois do golpe no Paraguai é assinado um acordo permitindo a instalação de bases militares estadunidense no país. Assim, aumenta-se a presença militar na região, combinando o uso do hard power com o soft power, ou seja, uma guerra híbrida. Para Moniz Bandeira (2010, p. 61) “o propósito de ocupar militarmente a América do Sul, usando tanto quanto possível as forças militares dos próprios países hospedeiros, a fim de assegurar o controle sobre suas reservas de petróleo, água e biodiversidade”.

30 O termo é comumente usado para se referir à guerra por meio das leis, na qual se utiliza a legislação para perseguir inimigos ou oponentes. Tornou-se muito comum no Brasil com a Operação Lava Jato.

31 Para maiores detalhes de tais políticas ver MONIZ BANDEIRA, 2013; PERKINS, 2005 e KLEIN, 2008.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: Origens e Fundamentos do Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARBOSA, Wilson Nascimento. Dominação imperialista e globalização da miséria. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (org.). **Capitalismo**: da gênese à crise. Montes Claros: Editora Unimontes, 1999. p. 133-176.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas

- latino-americanos. In: BATISTA, Paulo Nogueira et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 99-144.
- BELUZZO, L. G. A crise e o subterrâneo da “velha toupeira capitalista”. In: BARROSO, A. S. SOUZA, R. **A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências**. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2013.
- BELUZZO, L. G. **Os antecedentes da tormenta: origens da crise global**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.
- BONIFACE, P. e VENDRINE, H. **Atlas do Mundo Global**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- BP ENERGY (org.). **BP Energy Outlook 2019 edition**. S/l: Bp Energy, 2020. Disponível em: <https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/energy-outlook.html>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- CAMPOLINA, B. E DINIZ, C. C. Crise global, mudanças geopolíticas e inserção do Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 34, nº 4 (137), pp. 638-655, outubro-dezembro/2014.
- CHESNAIS, François. **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- DICKEN, Peter. **Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. Porto Alegre: Bookman, 5ª ed. 2010.
- DIEGO, A. F. et al. **Las Crisis a lo largo de la historia**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.
- DURAND, Marie-Françoise et al. **Atlas de la mondialisation: comprendre l'espace mondial contemporain**. Paris: Sciencespo, 2010.
- FERNÁNDEZ, Raúl Capote. **Bases militares dos EUA na América Latina e no Caribe**. O plano da América do Sul. Gramma. Havana, p. 1-1. 16 ago. 2018. Disponível em: <http://pt.gramma.cu/mundo/2018-08-16/bases-militares-dos-eua-na-america-latina-e-no-caribe-o-plano-da-america-do-sul>. Acesso em: 10 maio 2021.
- FIORI, J.L. **O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- FIORI, José Luíz. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos Aguiar de; SERRANO, Franklin P. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 11-70.
- FONTANA, J. **El futuro es un país extraño: reflexión sobre la crisis social de comienzos del siglo XXI**. Barcelona: Pasado&Presente, 2011.
- GOWAN, P. Crise no centro. Consequências do Novo Sistema de Wall Street. **Estudos avançados 23** (65), São Paulo, 2009.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

- KRUGMAN, P. **A crise de 2008 e a economia da depressão**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- KRUGMAN, Paul. **¡Acaba ya com esta crisis!** Barcelona: Ediciones Crítica, 2014.
- LEIRNER, Piero C.. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda, 2020.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo**: Fase Superior do Capitalismo. Campinas: Unicamp, 2011.
- MAMIGONIAN, Armen. A Reconfiguração do Mundo e os Conflitos Atuais. In: **XIII Encontro Nacional de Geógrafos**, João Pessoa, 2002.
- MAMIGONIAN, Armen. **Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico**. Livre Docência: FFLCH-USP, 2005.
- MAMIGONIAN, Armen. Qual o futuro da América Latina? In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de et al. **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: Clacso, 2006.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. (Os Economistas - vol. I a V) São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- MÉSZÁROS, I. **Uma crise estrutural necessita de mudança estrutural**. Margem Esquerda, 17. nov/2011.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. **A Segunda Guerra Fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Desordem Mundial**: o espectro da total dominação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Geopolítica e política exterior Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: Funag, 2010.
- NAPOLEONI, L. **La Mordaza**: las verdaderas razones de la crisis mundial. Barcelona: Paidós, 2010.
- PERKINS, John. **Confissões de Um Assassino Econômico**. São Paulo: Cultrix, 2005.
- RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**, volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- REINHART, C.M. e ROGOFF, K.S. **Oito séculos de delírios financeiros**: desta vez é diferente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- SANTOS, T. **Os Impasses da Globalização**: hegemonia e contra hegemonia (vol. 1). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: 2003.
- SAVIANO, Roberto. **Zero Zero Zero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SERRANO, F. e MAZAT, N. A Geopolítica da Federação Russa em Relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito in ALVES, A.G.M.P. (ORG) **O Renascimento de uma potência?**: a Rússia no século XXI. Brasília: Ipea, 2012.
- SILVA, Luiza Lopes da. **A questão das drogas nas relações internacionais**: uma perspectiva brasileira. Brasília: Funag, 2013.
- STIGLITZ, Joseph. **O Mundo em Queda Livre**: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TAVARES, M.C. A retomada da hegemonia americana in TAVARES, M.C. e FIORI, J.L.

- Poder e Dinheiro:** uma economia política da globalização. Petrópolis:Vozes, 1997.
- TEIXEIRA, Lucas A. S. **Uma investigação sobre a desigualdade na distribuição de renda e o endividamento dos trabalhadores norte-americanos dos anos 1980 aos anos 2000.** Texto para Discussão 1695. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- TÉTART, Frank (org.). **Grand Atlas 2020.** Paris: Autrement, 2019.
- TÉTART, Frank (org.). **Grand Atlas: comprendre le monde en 200 cartes.** Paris: Autrement, 2015.
- VAROUFAKIS, Yanis. **O minotauro global:** a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **O caótico século XXI.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.
- YERGIN, Daniel. O Petróleo: **Uma História Mundial de Conquistas, Poder e Dinheiro.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** São Paulo: Boitempo, 2011.